

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS  
Exmo(a). Sr(a). Pregoeiro(a)  
Exma. Autoridade Superior Competente

Ref.: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2022

SISTEMA INFORMÁTICA COM. IMP. E EXP. LTDA, já devidamente qualificada nos autos do pregão eletrônico supra indicado, doravante denominada simplesmente de SISTEMA INFORMÁTICA ou RECORRENTE vem, tempestiva e respeitosamente, por seu Sócio Diretor, apresentar

#### RECURSO HIERÁRQUICO

contra a decisão que classificou a proposta e declarou vencedora a licitante MAPATECH COMERCIO E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, doravante denominada simplesmente de MAPATECH ou RECORRIDA, no ITEM 1 do Edital, o que o faz com fulcro nas disposições do artigo 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002, nas demais legislações aplicáveis e no subitem 11 do Instrumento Convocatório, declinando os motivos do seu inconformismo pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

#### I – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE:

1. A SISTEMA INFORMÁTICA possui legitimidade para interpor o presente Recurso tendo em vista sua regular participação no referido Certame
2. A declaração de vencedora ocorreu no dia 20/outubro/2022 (quinta-feira), momento em que foi registrada pela SISTEMA INFORMÁTICA sua intenção recursal, que foi aceita pelo Sr. Pregoeiro.
3. Para a contagem do prazo deve ser excluído o dia do início e incluído o do encerramento, e tanto o dia do início quanto o do encerramento devem ser úteis, isto é, com efetivo expediente na Administração.
4. Em assim sendo, como ficou consignado em Ata, o presente pleito é tempestivo e se encerra de pleno direito em 25/outubro/2022 (terça-feira).

#### II – DAS FLAGRANTES INCORREÇÕES CONSTANTES NA PROPOSTA DA LICITANTE MAPATECH PARA O ITEM Nº 1 QUE ENSEJAM A SUA PREMENTE DESCLASSIFICAÇÃO NO CERTAME:

5. Preliminarmente, mister enfatizar que a SISTEMA INFORMÁTICA, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de atuação no mercado nacional, é habitual participante dos processos licitatórios no segmento de hardware realizados em todo o território nacional, participando diariamente de vários certames, nos mais diferentes órgãos, entidades e esferas governamentais, tendo expressiva atuação no segmento de fornecimento para a Administração Pública.

6. Desta feita, possui todo o know how para participar destas licitações e para aferir se as proposições dos demais concorrentes estão, realmente, em consonância com as exigências técnicas requeridas, como o faz neste arrazoado ao analisar a proposta da licitante MAPATECH.

7. Feitos estes adendos necessários, com todo o respeito ao entendimento do Sr(a). Pregoeiro(a) e da Colenda Equipe Técnica de Apoio deste INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, a SISTEMA INFORMÁTICA registra que o seu inconformismo em relação a decisão prolatada, não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço, muito pelo contrário, todas as suas afirmações são fundamentadas técnica e juridicamente, restando demonstrado que não se trata de um Recurso Hierárquico procrastinatório.

8. Considerando que o Instrumento Convocatório é a lei interna da licitação, seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pela entidade promotora, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa, que significa a conjugação do melhor produto (que atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas) aliado ao menor preço possível.

9. Além disso, a estrita observância aos Princípios Constitucionais, que são norteadores da atividade administrativa, é condição sine qua non para a validade e eficácia de qualquer ato administrativo. É o previsto no caput do art. 37 da CF/88, senão vejamos:

“Art. 37 – A administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: ...”

10. Portanto, desta linha mestra constitucional, especialmente quanto ao Princípio da Legalidade, decorre a distinção fundamental entre os atos praticados pela Administração Pública e os atos praticados pelos particulares, como na célebre colocação do Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 82:

“Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa ‘poder fazer assim’; para o administrador pública significa ‘deve fazer assim’.”

11. Ao se deparar com equipamento e proposta que não atendem na íntegra o solicitado em Edital, a Administração deve proceder a imediata recusa, com a consequente desclassificação da proposta, sob pena de ferir mortalmente o

Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, dentre outros.

12. Neste sentido, compulsando a proposta apresentada pela licitante MAPATECH, se constata que esta não atende às exigências técnicas relevantes do Edital, a seguir detalhadas, sendo, pois, premente a reforma da decisão que indevidamente classificou a sua proposta e a declarou como vencedora no Item 1, senão vejamos:

13. De acordo com o Anexo I do Pregão Eletrônico, foi solicitado um servidor provido de "Dois Processadores com capacidade igual ou superior ao Intel Xeon Gold 5215 Processor; Cache igual ou maior que 13.75 MB;."

14. Ao analisar os arquivos apresentados pela licitante MAPATECH, é possível verificar através do arquivo "Item 1 - SR630 V2 - Configurador", que foi ofertado um servidor do fabricante Lenovo, modelo ThinkSystem SR630, equipado com dois processadores "Intel Xeon Silver 4310T 10C 105W 2.3GHz Processor".

15. Preliminarmente, nos cumpre informar que a fabricante de processadores Intel, categoriza seus processadores da linha Xeon de acordo com as categorias Bronze, Silver, Gold e Platinum. Sendo a Bronze a categoria de entrada e a Platinum a categoria mais elevada.

16. Pois bem, ao realizar uma comparativo entre o processador solicitado no termo de referência, modelo Intel Xeon Gold 5215 ou superior, e o processador Intel Xeon Silver 4310T ofertado pela MAPATECH, é possível encontrar algumas inconsistências, as quais serão detalhadas a seguir. Deixamos abaixo o link dos processadores, onde poderão ser encontradas evidências de todos os argumentos que serão em seguida apresentados.

Intel Xeon Gold 5215 - <https://ark.intel.com/content/www/br/pt/ark/products/193391/intel-xeon-gold-5215-processor-13-75m-cache-2-50-ghz.html>

Intel Xeon Silver 4310T - <https://ark.intel.com/content/www/br/pt/ark/products/215283/intel-xeon-silver-4310t-processor-15m-cache-2-30-ghz.html>

17. Iniciando a análise, pode-se verificar que processador Intel Xeon Gold 5215, solicitado no termo de referência, possui uma frequência baseada em processador de 2.50 GHz, enquanto o modelo Intel Xeon Silver 4310T, o qual foi ofertado pela RECORRIDA, possui frequência de 2.30 GHz, sendo inferior ao modelo indicado pelo IF SUL DE MINAS. Lembramos que a frequência baseada em processador se trata de um dos principais requisitos técnicos, sendo uma característica técnica crucial do processador.

18. Prosseguindo a análise, foi verificado que o processador Intel Xeon Gold 5215 possui uma escalabilidade para até 4 (quatro) soquetes, enquanto o modelo ofertado pela MAPATECH possui uma escalabilidade para até 2 (dois) soquetes, demonstrando mais uma vez ser um processador inferior ao solicitado no termo de referência.

Nos cumpre elucidar que a escalabilidade se refere ao número de configuração do soquete do sistema no qual uma CPU pode ser instalada e ao número máximo de processadores suportados que a CPU pode escalar na configuração. Por exemplo, uma CPU que suporta escalabilidade de 4S (processador Intel Xeon Gold 5215) pode ser usada em um servidor com até quatro soquetes. Já uma CPU que suporta escalabilidade de 2S (processador Intel Xeon Silver 4310T) pode ser usada em um servidor com até dois soquetes.

19. Outro ponto que deve ser verificado, se faz com relação a capacidade dos processadores a suportar memória persistente Intel Optane DC. Através das especificações do processador indicado no termo de referência, Intel Xeon Gold 5215, é possível checar que o mesmo possui suporte a tal tipo de tecnologia. Já o processador ofertado pela MAPATECH, não possui suporte a tal funcionalidade, se mostrando novamente inferior ao modelo especificado no termo de referência.

Para conceituar tal tecnologia, segue descritivo da mesma fornecido pelo própria Intel:

Memória persistente Intel Optane DC é uma camada revolucionária de memória não volátil, que fica entre a memória e o armazenamento, para fornecer uma grande capacidade de memória, de preço acessível e comparável ao desempenho da DRAM. Ao disponibilizar uma grande capacidade de memória, em nível de sistema, quando combinada à DRAM tradicional, a memória persistente Intel Optane DC contribui para transformar as indispensáveis cargas de trabalho com limitação de memória – de nuvem, bancos de dados, análise em memória, virtualização e redes de entrega de conteúdo.

20. Nos cumpre realizar um adendo informando que o processador indicado no termo de referência se trata de um produto obsoleto, possuindo como seu imediato e atual substituto o modelo Intel Xeon Gold 5317, o qual foi ofertado por esta RECORRENTE e pela grande maioria dos outros licitantes participantes deste item. Nos causa estranheza o comportamento da RECORRIDA ao ofertar um processador de linha SILVER, enquanto o termo de referência define um equipamento de linha GOLD, demonstrando que a licitante, ora habilitada, optou por um modelo de menor custo e sem pleno atendimento, obtendo assim vantagem ilícita neste certame sob os demais licitantes. É notório e de amplo conhecimento do mercado, acreditamos que até mesmo da RECORRIDA, que processadores de linha SILVER são inferiores a linha GOLD.

21. Um argumento que pode ser indevidamente usado pela RECORRIDA, se faz com relação ao desempenho apresentado em benchmarks, onde o processador Intel Xeon Silver 4310T apresenta desempenho superior ao Intel Xeon Gold 5215. Contudo, conforme informado acima, o processador Intel Xeon Gold 5215 se trata de um produto obsoleto, onde, até mesmo um processador de computadores básicos, como o Intel Core i3-12100 de última geração, possui desempenho próximo ao Intel Xeon Gold 5215, visto que as pontuações obtidas em benchmarks são constantemente revistas e atualizadas conforme novos lançamentos acontecem. Tal fato pode ser constatado através dos links apresentados abaixo.

Benchmark Intel Core i3-1200 - <https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Core+i3-12100&id=4687>

Benchmark Intel Xeon Gold 5215 - <https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Xeon+Gold+5215+%40+2.50GHz&id=3620>

Apenas como comparativo, o processador Intel Xeon Gold 5317, substituto imediato do Intel Xeon Gold 5215, atinge uma pontuação 13.000 pontos acima de seu antecessor. Como informado anteriormente, esta grande discrepância

na pontuação ocorre devido ao comparativo estar sendo efetuado entre um produto obsoleto e outro de última geração.

Benchmark	Intel	Xeon	Gold	5215	-	<a href="https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Xeon+Gold+5215+%40+2.50GHz&amp;id=3620">https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Xeon+Gold+5215+%40+2.50GHz&amp;id=3620</a>
Benchmark	Intel	Xeon	Gold	5317	-	<a href="https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Xeon+Gold+5317+%40+3.00GHz&amp;id=4326">https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Xeon+Gold+5317+%40+3.00GHz&amp;id=4326</a>

22. Com a máxima vênia, as exigências editalícias foram fixadas para serem cumpridas, sem ressalvas, e por todos os interessados, sejam as licitantes, seja a própria Administração. "Aceitar" um equipamento em desacordo com as especificações técnicas mínimas exigidas pelo edital compromete sobremaneira a isonomia e a competitividade entre as diversas licitantes.

23. Por todo exposto, diante dos aspectos técnicos ora suscitados e comprovados, não restam dúvidas que o equipamento ofertado pela licitante MAPATECH, não atende a esta relevante especificação técnica do edital, motivo mais do que suficiente para a imediata desclassificação de sua proposta, o que desde já a SISTEMA INFORMÁTICA requer.

### III - DAS CONSIDERAÇÕES DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS SOBRE A MATÉRIA EM APREÇO. DA INOBSERVÂNCIA ÀS NORMAS LEGAIS E AOS PRINCÍPIOS REGULADORES DO CERTAME EM APREÇO:

24. O inconformismo desta RECORRENTE com a decisão prolatada não se faz de maneira desarrazoada ou visando turbar o procedimento licitatório em apreço. Todas as afirmações técnicas contidas neste Recurso Hierárquico são verídicas e fundamentadas, portanto, resta demonstrado que não se trata de um Recurso Hierárquico procrastinatório.

25. Deveras que a Administração não pode quedar-se às vontades e aos interesses dos particulares, mas deve trabalhar em prol da satisfação dos interesses coletivos, que neste caso, encontram-se retratados nas normas editalícias publicadas, que são de conhecimento geral e que se destinam a garantir a melhor contratação possível para Administração.

26. O entendimento doutrinário é pacífico neste sentido, pelo que oportuna é a transcrição dos ensinamentos do doutrinador, Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética. 11ª edição, São Paulo, pp. 402 e 526:

"O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade de atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação".

e,

"Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar de modo expresso, no corpo do edital."

27. Na mesma linha de raciocínio, o posicionamento doutrinário do mestre Hely Lopes Meirelles em Licitação e Contrato Administrativo, Editora Malheiros, 13ª edição, 2002. São Paulo. p. 35:

"Não se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tantos os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação."

28. Sobre os princípios constitucionais, cumpre-nos destacar que, caso estes não sejam respeitados, a validade do processo licitatório restará por certo comprometida, tornando-o temerário e vulnerável, podendo ser desconstituído por razões de juridicidade pela autoridade administrativa ou judicial competente.

29. Vale a transcrição do ensinamento de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso do Direito Administrativo, 13ª Ed, São Paulo, Editora Malheiros, p. 772 in verbis:

"Violar um princípio é muito mais grave do que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra."

30. Considerando o Princípio da Autotutela, que é intrínseco à atividade administrativa, clama-se ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS que promova a anulação de todos os atos eivados de vícios, nos exatos termos da Súmula 473 do STF, que assim estatui:

Súmula 473 do STF – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvado, em todos os casos, a apreciação judicial.

31. No mesmo sentido, ensina a Prof.ª. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra Direito Administrativo, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Atlas. p.195:

"(...) a Administração tem, em regra, o dever de anular os atos ilegais, sob pena de cair por terra o princípio da

legalidade.”

32. Assim, declarada a nulidade do ato, os efeitos gerados retroagem à data em que ele foi praticado, desconstituindo todas as consequências geradas a partir de sua edição (efeito ex tunc). Isto posto, requer-se a anulação dos atos praticados de classificação e declaração de vencedora da proposta da licitante MAPATECH, pois, como visto, não estão revestidos da devida legalidade e fundamentação técnica.

#### IV – DO PEDIDO FINAL:

33. Por todo exposto, a SISTEMA INFORMÁTICA requer, tempestiva e respeitosamente, ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS que aprecie os concretos e irrefutáveis argumentos técnicos e jurídicos apresentados, para que o presente Recurso Hierárquico seja conhecido e integralmente provido, reconsiderando-se a decisão originária, com a imediata desclassificação da proposta da licitante MAPATECH para o ITEM Nº 1, objeto do Certame supra indicado, uma vez que não foram cumpridos todos os requisitos editalícios, retornando-se ao Certame com o chamamento da próxima licitante classificada.

Termos em que,  
Pede e Aguarda Deferimento.

Poços de Caldas, 25 de outubro de 2022.

SISTEMA INFORMÁTICA  
Alexandre de Souza Teixeira  
Sócio Diretor

**Voltar**